

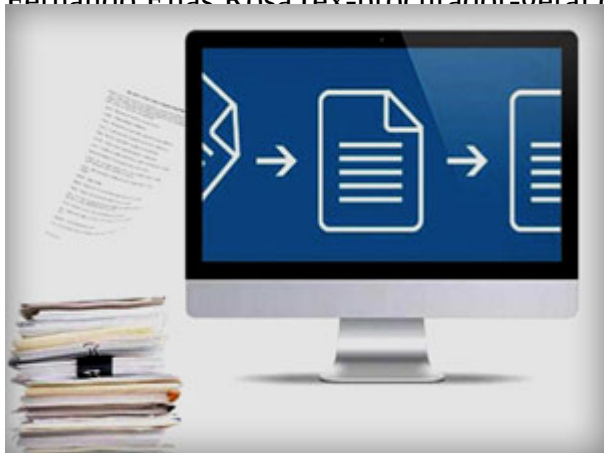
Governo, TJ-SP e MP discutem dividir tarefas de inquéritos digitais

Às vésperas de entrar em vigor uma regra que obriga o Ministério Público de São Paulo a digitalizar todos os inquéritos policiais quando oferecer denúncias ao Judiciário, representantes da instituição têm se reunido semanalmente com membros do Tribunal de Justiça e do governo estadual para flexibilizar a norma e dividir as tarefas.

Desde [julho de 2015](#), cada juízo criminal ficou responsável por tornar digital documentos em papel nos autos de inquéritos policiais, termos circunstanciados e autos de apreensão ou boletins de ocorrência circunstanciada. Na época, o tribunal avisou que a experiência iria durar apenas um ano: a partir de julho deste ano, caberia ao MP-SP assumir todo esse trabalho, na hora de oferecer denúncias, ou da parte interessada em abrir ações penais privadas.

Os novos procedimentos [foram fixados por resolução da corte](#), mas foram alvo de críticas dentro do Ministério Público, inclusive em reuniões do Conselho Superior. No início do ano, durante a disputa pela Procuradoria-Geral de Justiça, os três candidatos ao cargo declararam que a instituição não poderia assumir o ônus de assumir as novas atribuições, devido aos custos e à falta de pessoal.

O procurador de Justiça Gianpaolo Poggio Smanio, que venceu a campanha e tornou-se novo chefe do MP-SP, reuniu-se na última segunda-feira (20/6) com o presidente do TJ-SP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, e com o secretário estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Márcio Fernando Elias Rosa (ex-procurador-geral de Justiça).



Quem acompanha a discussão diz que a ideia agora é

compartilhar os trabalhos: o governo estadual poderia “emprestar” servidores para digitalizar as peças e o tribunal forneceria os equipamentos e parte de sua estrutura física, enquanto o MP-SP faria a supervisão do trabalho e assumiria o compromisso de encaminhar cada documento.

O TJ-SP diz que o martelo ainda não foi batido, mas se a proposta for fechada, a divisão passaria a funcionar primeiramente na capital paulista e seria aplicada gradualmente em outras cidades, até chegar a todo o estado.

Em maio, o presidente da Seção Criminal do TJ-SP, **Renato de Salles Abreu Filho**, declarou à revista



eletrônica **Consultor Jurídico** que não via problemas na medida adotada no ano passado. “O custo não é do Tribunal de Justiça, porque nessa fase ainda não existe um processo. [A corte] assumiu a digitalização no ano passado porque alguém teria que dar o pontapé. Quem vai analisar se o inquérito vai se transformar em uma denúncia ou não é o Ministério Público, que fica então responsável por digitalizar aquilo que achar que é necessário.”

Digitalização automática

No futuro, o objetivo é que a Polícia Civil já forneça as peças em formato digital na origem do caso. Uma parceria entre o TJ-SP e a Secretaria de Estado da Segurança Pública planeja integrar os sistemas de comunicação entre as duas instituições.

Desde janeiro, [há um projeto-piloto](#) funcionando na 3ª Delegacia de Defesa da Mulher, que envia procedimentos digitais à Vara da Violência Doméstica e Familiar do Foro Regional do Butantã, na capital paulista. A iniciativa tem sido acompanhada pela Softplan, empresa responsável pelo e-Saj (sistema eletrônico adotado pelo TJ-SP).

Date Created

21/06/2016